

1 **SESSÃO Nº 357 – PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CMAS - Ata nº 357**

2 **Dia:** 08/04/2026 **Horário:** 08:15h **Local:** Casa dos Conselhos. **Conselheiros Presentes:** Rafaela da Silva
3 Peres – Procuradoria Geral do Município – PROGEM; Dilmar Ribeiro Pereira – Secretaria Municipal de
4 Educação de Lages; Marjorie Wolff - Secretaria Municipal de Educação de Lages; Simone Aparecida Silva
5 dos Santos – Secretaria Municipal de Saúde; Paola Amélia Adami – Secretaria Municipal de Assistência
6 Social; José Amarildo Farias – Secretaria Municipal de Assistência Social; Fabiane Nunes - Secretaria
7 Municipal de Políticas para a Mulher e para a Pessoa Idosa; Sabrina Helena Boel Varela - Secretaria
8 Municipal de Serviços Públicos; Analeia Terezinha Levitte – Secretaria Municipal de Planejamento e
9 Mobilidade Urbana; Karim Perpétua de Abreu Haidar – Associação de Pais e Amigos dos Surdos – APAS;
10 Edna Micheli Padilha Antunes - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Vanilda Antunes Correa –
11 Associação Serrana dos Deficiente Físicos – ADFS; Luiz Carlos Pflieger – Associação lageana de Assistência
12 ao Menor – ALAM; Camila Chaves de Freitas – Cáritas de Diocesana de Lages; Marciano Luis Corrêa –
13 Instituto Paternidade Responsável; Huan Ícaro Piran – Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS –
14 FMTSUAS; Luiz Felipe Stancke - Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS – FMTSUAS; Maria
15 Auxiliadora Guedes – Fórum Municipal dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FMUSUAS.
16 **Ouvintes:** Vanuza Brunetta – CREAS 1; Daniele Kuster – CREAS 1. **Justificativa de Ausência:** não houve
17 justificativas. **Pauta:** 1. Abertura; 2. Aprovação da Pauta; 3. Aprovação das Atas nº 354, nº 355 e nº 356;
18 4. Correspondências Expedidas e Recebidas; 5. Trabalho das Comissões; 6. Apresentação e apreciação do
19 Conselho, do Plano Municipal Decenal Socioeducativo 2025/2035; 7. Agenda Livre. **Desenvolvimento do**
20 **Trabalho:** Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, com início às oito horas e quinze minutos,
21 de forma presencial, realizou-se a reunião da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência
22 Social. O Presidente Amarildo fez a abertura da reunião, saudando os Conselheiros, Conselheiras e demais
23 presentes, dando boas-vindas a todos. Na sequência, apresentou a pauta do dia. Colocada em votação, a
24 pauta foi aprovada com inversão, iniciando-se pela apresentação do Plano Decenal Socioeducativo. O
25 **Presidente Amarildo** abriu espaço para inscrições na agenda livre. O **Conselheiro Luiz Pflieger** informou
26 estar realizando coleta de assinaturas para viabilização de emenda parlamentar federal para a osc a qual
27 representa ALAM, solicitando apoio dos presentes. **6. Apresentação do Plano Municipal Decenal**
28 **Socioeducativo (2025–2035):** A palavra foi concedida à Sra. **Vanuza**, assistente social e coordenadora do
29 CREAS I e do serviço de medidas socioeducativas, que iniciou a apresentação contextualizando o plano
30 decenal como instrumento de planejamento com vigência de dez anos, responsável por orientar a
31 execução do serviço, as parcerias, a organização e as responsabilidades do município no atendimento a
32 adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Destacou que o
33 plano foi construído de forma coletiva, por meio de comissão ampliada, envolvendo representantes da
34 rede socioassistencial e posteriormente um grupo de trabalho específico responsável pela sistematização
35 do documento. Ressaltou a importância da intersetorialidade e da participação das políticas públicas,
36 como educação, saúde e assistência social, no processo de construção e execução do plano. A **Secretária**
37 **Executiva** informou que o plano foi previamente encaminhado e analisado pela comissão de estudos,
38 justiça e pesquisa, tendo sido aprovado, condicionado à apresentação em plenária. A Sra. **Vanuza**
39 salientou ainda que o plano está sendo reconstruído após o ciclo anterior (2014–2024), destacando
40 dificuldades enfrentadas pelos municípios quanto à orientação e capacitação por parte do Estado.
41 Informou que, mesmo diante desse cenário, o município optou por avançar na finalização e aprovação do
42 documento. No que se refere à fundamentação, destacou que o plano está baseado no Estatuto da
43 Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), adotando
44 uma perspectiva não punitivista, voltada à socioeducação, emancipação e garantia de direitos. Foram
45 apresentados os princípios norteadores do plano, tais como: proteção integral; prioridade absoluta;
46 responsabilização sem caráter punitivo; respeito à individualidade; intersetorialidade; protagonismo
47 juvenil; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e enfrentamento das desigualdades sociais.
48 Quanto a **Apresentação do Serviço de Medidas Socioeducativas**, a Sra. **Daniele**, assistente social e
49 integrante da equipe do serviço, apresentou aspectos da prática cotidiana, destacando que o
50 atendimento é voltado a adolescentes de 12 a 18 anos, podendo se estender até 21 anos, conforme a

51 data do ato infracional. Informou que o serviço atua em meio aberto, atendendo principalmente casos de
52 menor potencial ofensivo, como furtos, conflitos interpessoais e situações de violência leve, além de
53 conflitos oriundos do ambiente escolar. Ressaltou que muitos casos decorrem da ausência de mediação
54 adequada nas instituições, o que resulta na judicialização de situações que poderiam ser resolvidas no
55 âmbito escolar ou familiar. A **Conselheira Paola** contribuiu destacando que situações simples acabam
56 sendo ampliadas e tratadas como infrações, gerando consequências significativas na vida dos
57 adolescentes, inclusive rotulação social. A Sra. **Daniele** enfatizou a importância de compreender o
58 contexto social dos adolescentes, mencionando fatores como vulnerabilidade social, desigualdade,
59 influência familiar e busca por pertencimento. Relatou casos envolvendo tráfico de drogas, trabalho
60 infantil em atividades ilícitas, além de situações envolvendo sexualidade e uso indevido de tecnologias.
61 Destacou que o atendimento deve considerar o contexto integral do adolescente, e não apenas o ato
62 infracional, reforçando a necessidade de atuação em rede e da corresponsabilidade das políticas públicas.
63 Os Conselheiros realizaram debate sobre o tema das **Práticas Institucionais e Violência**. O **Conselheiro**
64 **Dilmar** trouxe a reflexão sobre a presença de violência institucional no tratamento dos adolescentes,
65 destacando a necessidade de qualificação das abordagens nos serviços públicos. O **Conselheiro Huan**
66 ressaltou a importância de compreender os indivíduos como sujeitos de direitos, criticando abordagens
67 que reforçam estigmas e desumanização. O **Conselheiro Luiz Pflieger** apontou que, em determinados
68 contextos, instituições de segurança pública não transmite sensação de proteção. A **Conselheira Rafaella**
69 e demais participantes discutiram a predominância de práticas repressivas em detrimento de ações
70 socioeducativas. A **Conselheira Karimi** relatou visita institucional em unidade de atendimento,
71 destacando preocupação com a forma desumanizada de tratamento aos adolescentes, reforçando a
72 necessidade de compreensão do contexto social e estrutural que envolve os atos infracionais. Os
73 participantes destacaram a importância de fortalecer a rede intersetorial, qualificar as práticas
74 institucionais e ampliar o entendimento da socioeducação como instrumento de garantia de direitos, e
75 não de punição. A Sra. **Daniele** explicou que adolescentes que cumprem medidas em regime fechado
76 (internação), em casos de maior gravidade, posteriormente retornam ao meio aberto, sendo
77 acompanhados pelo serviço municipal. Destacou que muitos adolescentes que passaram pelo regime de
78 internação demonstram resistência em retornar ao sistema, relatando experiências negativas e
79 manifestando desejo de não reincidência. Na sequência, detalhou as modalidades de medidas
80 socioeducativas em meio aberto ofertadas pelo serviço: **Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço**
81 **à Comunidade (PSC)**. A Sra. **Daniele** destacou **dificuldades enfrentadas pelo serviço, especialmente a**
82 **insuficiência de equipe técnica, com ausência de profissionais como educador social e composição**
83 **incompleta entre assistente social e psicólogo, o que impacta na realização de atividades coletivas e**
84 **acompanhamento adequado**. A Sra. **Vanuza** enfatizou a existência de resistência por parte de instituições
85 da rede socioassistencial e intersetorial em acolher adolescentes em cumprimento de medidas
86 socioeducativas, destacando que tal postura contraria os princípios da política pública. O **Conselheiro Luiz**
87 **Pflieger** manifestou-se apontando fragilidades na formação e atuação de profissionais em diferentes
88 áreas, incluindo educação e segurança pública, destacando a necessidade de capacitação para lidar com
89 situações envolvendo adolescentes. A Sra. **Vanuza** ponderou que tais fragilidades não se restringem a
90 uma única política, estando presentes também na assistência social, reforçando a necessidade de
91 qualificação contínua dos profissionais. A Sra. **Daniele** apresentou dados referentes ao atendimento do
92 ano anterior, informando: 53 adolescentes e jovens em Liberdade Assistida; 71 em Prestação de Serviço
93 à Comunidade; 25 em cumprimento simultâneo de medidas; mencionou ainda atendimentos
94 relacionados a infrações de trânsito e a existência de projeto em reformulação voltado à educação no
95 trânsito. Quanto a estrutura do serviço, A Sra. **Vanuza** apresentou a composição ideal da equipe de
96 referência para o serviço, incluindo assistente social, psicólogo, advogado, educador social e coordenação.
97 Destacou a ausência de profissionais essenciais, especialmente educador social, o que tem
98 sobrecarregado a equipe técnica e comprometido atividades como acompanhamento e grupos
99 socioeducativos. Informou, contudo, a previsão de ingresso de profissional advogado por meio de
100 concurso público, o que contribuirá parcialmente para o fortalecimento da equipe. Quanto as



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

responsabilidades institucionais e objetivos do plano, a Sra. **Vanuza** esclareceu que: As medidas socioeducativas em meio aberto são de responsabilidade do município; as medidas em meio fechado são de responsabilidade do Estado; apresentou ainda objetivos do plano decenal, entre eles: Redução da reincidência; Ampliação da cobertura do atendimento; Qualificação técnica das equipes; Fortalecimento da rede intersetorial. Destacou que o plano é instrumento dinâmico, sujeito a monitoramento e revisão contínua. Ressaltou também a importância da territorialização do atendimento, apontando dificuldades quando instituições locais se recusam a acolher adolescentes, o que compromete o acesso e a efetividade das ações. A Sra. **Daniele** complementou destacando que, embora haja possibilidade de judicialização para garantir vagas, o objetivo do serviço é construir parcerias efetivas, evitando imposições que possam prejudicar o processo socioeducativo. A **Conselheira Paola** informa que, até o momento, não há vagas disponíveis no município para essa a função de Educador Social. O **Presidente Amarildo** aponta a necessidade de abertura de vagas junto à Câmara de Vereadores. A **Secretária Executiva** destaca que a questão dos trabalhadores do SUAS é pauta recorrente no Conselho, trazida por diversos setores, incluindo a necessidade de contratação de profissionais e garantia de transporte. Informa que o Conselho já possui agenda para encaminhamento dessas demandas. O **Presidente Amarildo** menciona avanço na questão da contratação de assessor jurídico. A **Conselheira Analéia** sugere aproximação com o Conselho da Comunidade, vinculado ao sistema penal e ao Fórum, destacando que pode contribuir com o debate e encaminhamento de demandas relacionadas ao sistema socioeducativo. **Vanuza** agradece a sugestão e reforça a abertura da equipe para visitas, contribuições e sugestões por parte dos conselheiros. **Após o amplo debate, apreciação da documentação e apresentação das Técnicas do Serviço, o Presidente Amarildo encaminha o Plano Municipal de Medidas Socioeducativas para votação. Coloca o plano em regime de aprovação, solicitando manifestação dos conselheiros. O plano é aprovado pelos presentes.**

3. Aprovação das Atas nº 354, nº 355 e nº 356: a **Secretária Executiva** informou que havia incluído as três atas na convocação, contudo destacou que a Ata nº 356 corresponde a uma plenária extraordinária no mês, não tendo tempo hábil para finalização. Esclareceu que encaminhou previamente as Atas nº 354, nº 355 no grupo, se comprometendo enviar a próxima, antes da próxima Plenária, para deliberação dos Conselheiros. O **Presidente Amarildo** conduziu a verificação para aprovação das atas disponíveis. **Colocada em votação as Atas nº 354, nº 355, ambas foram aprovadas por unanimidade, sem manifestações contrárias.**

4. Correspondências Expedidas e Recebidas: Das expedidas: Emissão de declaração ao CIEE, para fins de atualização cadastral junto ao Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, referente ao ano de 2023, comprovando atividade da instituição; Ofício nº 024/CMAS/2026 ao setor de transporte, referente à solicitação de viagem para participação em plenária do Fórum Estadual dos Usuários do SUAS; Ofício nº 025/CMAS/2026 ao setor de fundos especiais e projetos socioassistenciais, solicitando informações sobre convênio Nº892032/2019; Ofício Cir. 026/CMAS/2026 referente a Convocação para plenária extraordinária realizada no dia 25/03/2026, com pautas relacionadas à prestação de contas do Fundo Municipal, unificação de serviços e diálogo com a gestão municipal; Ofício Cir. 027/CMAS/2026 convocando para reunião extraordinária da Comissão de estudos, justiça e pesquisa. Emissão de declarações para instituições Lar Bela Vista e Lar Vicentino, para participação em edital de ILPIs; Ofício Cir. 028/CMAS/2026 convocando para reunião das comissões; Ofício Cir. 029/CMAS/2026 convocando para reunião Plenária ordinária; Ofício nº030/CMAS/2026 à Diretoria de Controle e Gestão, solicitando documentos referentes à prestação de contas do quarto trimestre; Ofício nº 015/SEC.EXE/SAS/2026 solicitando dilação de prazo para responder Ofício ao Ministério Público, em razão de afastamento da Secretária Executiva. Sobre o Ofício nº 025 enviado ao FEPS, a **Secretária Executiva** informou que ainda não houve retorno oficial, apenas informações informais sobre aprovação de emenda via Ministério. O **Presidente Amarildo** e o **Conselheiro Huan** manifestaram a necessidade de resposta oficial, sendo deliberado o encaminhamento de reiteração do ofício. Da recebidas: Planejamento anual de 2026 e relatório de atividades de 2025 do Lar Vicentino; Ofício nº 213/2026 Indicação de conselheira suplente pela Secretaria de Serviços Públicos, a Srª Sabrina Helena Boell Varela; Ofício AG/CI_CI Nº 0212/2026 da Auditoria e Controladoria solicitando parecer sobre as contas do exercício de 2025; Ofício 061/2026-SMAS da Diretoria de Controle e Gestão com respostas



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

sobre prestação de contas do 2º trimestre de 2025; Ofício nº 1204/2026/04PJ/LAG do Ministério Público solicitando informações sobre serviço de acolhimento familiar e guarda subsidiada; Comunicação da Coordenação Geral de Prestação de Contas do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social sobre prazos referentes ao exercício de 2020; Ofício nº 65-2026-DPSEAC solicitando pauta acerca da unificação dos saícas em plenária extraordinária; Notificação do Ministério Público do Trabalho para audiência telepresencial sobre catadoras e catadores de materiais recicláveis no município. A **Secretária Executiva** informou o recebimento de notificação para participação em audiência telepresencial, a ser realizada no dia 15/04, às 08h45, via Microsoft Teams. A pauta refere-se ao projeto nacional de inclusão socioproductiva de catadores de materiais recicláveis. Foi apresentado o conteúdo do questionário a ser respondido, incluindo: Atividades desenvolvidas com famílias de catadores; Quantidade de famílias atendidas; Situação socioeconômica; Existência de planejamento e registros; Trabalho infantil na coleta de resíduos; Existência de planos municipais relacionados ao tema. A **Conselheira Paola** informou que outras diretorias também receberam o questionário. A **Conselheira Rafaela** relatou dificuldades de acesso aos processos relacionados ao tema. O **Presidente Amarildo** destacou a necessidade de definição de representantes para participação na audiência. A **Secretária Executiva** informou impossibilidade de participação total em decorrência da realização de um exame médico, sugerindo representação pela mesa diretora. Ficou indicado que a participação ocorrerá presencialmente na sede do Conselho, conforme disponibilidade dos membros, estando presente a mesa diretora do Conselho. Solicitação de declaração do lar bela vista. Solicitação dos Educadores Físicos sobre parecer do Conselho e providências sobre as mudanças na Praça do CEU. 5. Trabalho das Comissões: Comissão de Estudos, Justiça e Pesquisa - A **Secretária Executiva** apresentou os trabalhos realizados em reunião de comissão no dia 01/04: **Assunto**: Ofício 01/2026 – Educadores Físicos da Assistência Social. Análise de ofício dos educadores físicos atuantes na assistência social; Solicitação de informações sobre uso da Praça CEU e acesso dos usuários; Deliberação pelo envio de ofício à gestão solicitando esclarecimentos. O **Presidente Amarildo** contextualizou que houve alteração na gestão do espaço, anteriormente compartilhada entre secretarias, sendo atualmente conduzida pela área da cultura. **Assunto**: Ofício nº 1204/2026/04PJ/LAG Ministério Público – Requisição de informação do serviço de família acolhedora e guarda subsidiada - PA nº 09.2025.00001829. Ao analisar o documento, a comissão deliberou pela reunião das informações já existentes no Conselho sobre tais serviços, com a elaboração de relatório, bem como pela realização de visita técnica ao serviço, com o objetivo de complementar as informações disponíveis. **Assunto**: Ofício nº 005/CMDCA/2026, recebido em resposta ao Ofício 009/CMAS/2026 (solicitação de informações de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar em 2025). Esclareceu que o documento trata da solicitação de informações sobre atendimentos realizados no ano de 2025. Informou que, após análise, foram identificadas divergências nos registros de atendimentos mensais, sendo observada a necessidade de maior detalhamento das violações. Diante disso, a comissão deliberou pelo envio de novo ofício ao CMDCA, solicitando esclarecimentos e verificação da possibilidade de detalhamento das violações no sistema SIPIA. **Assunto**: Relatório de Atividades de 2025 e Plano de Ação 2026 – Lar Vicentino. Informou que a comissão observou que a capacidade de usuários institucionalizados é elevada em relação ao número de profissionais, especialmente na área da psicologia. Diante disso, a comissão questiona a possibilidade de ampliação da equipe técnica. Também solicitou informações sobre os critérios de acolhimento institucional, o número de vagas destinadas à assistência social e o valor repassado por vaga. Adicionalmente, a comissão requereu esclarecimentos quanto à adequação da infraestrutura da instituição e ao atendimento das pessoas idosas pelo Sistema Único de Saúde, incluindo acesso a exames e medicamentos de alto custo. A **Secretária Executiva** informou que tais questionamentos serão formalizados por meio de ofício à instituição. Na sequência, apresentou a análise do Plano Municipal Decenal Socioeducativo, informando que a comissão aprovou o documento, o qual foi submetido à plenária para apreciação e aprovação dos demais conselheiros, tendo sido aprovado na atual Plenária em Pauta anterior. Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação: a Comissão elaborou o planejamento para o ano de 2026, incluindo cronograma de visitas técnicas e revisão de instrumentos de trabalho. Informou que foi definido cronograma de visitas de maio a dezembro, considerando demandas

201 já apresentadas ao Conselho e evitando a repetição de visitas realizadas no ano anterior, salvo em
202 situações justificadas. Destacou que a comissão manterá a realização de duas visitas por período,
203 conforme prática adotada anteriormente. Apresentou o seguinte cronograma: **Maio:** Lar Menino Deus e
204 Lar Bela Vista; **Junho:** Conferência Vicentina e Acolhimento Pop; **Julho:** CREAS II e Centro POP; **Agosto:**
205 Unidade de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (SAICA) e CRAS Guarujá; **Setembro:** ALAM e APAS;
206 **Outubro:** CREAS III e CRAS III; **Novembro:** Cáritas Diocesana e Centro de Direitos Irmã Jandira Betoni;
207 **Dezembro:** Fundação Carlos Jofre e Vigilância Socioassistencial. Após a apresentação, a **Secretária**
208 **Executiva** questionou se havia dúvidas ou considerações. O **Conselheiro Luíz Pflieger** manifestou-se
209 favorável à aprovação dos pareceres. **O presidente Amarildo coloca em aprovação o trabalho das**
210 **Comissões, que sem manifestações contrárias, é aprovado. 7. Agenda Livre:** O **Conselheiro Huan** fez uso
211 da palavra para relatar preocupações quanto às mudanças no atendimento à população em situação de
212 rua, especialmente relacionadas ao Centro POP e ao albergue municipal. Informou que havia recebido
213 relatos de trabalhadores da saúde e da assistência social sobre alterações no funcionamento dos serviços,
214 incluindo possível transferência de estrutura e integração com serviços da saúde, sem planejamento
215 adequado. Relatou que, no último domingo, houve ação envolvendo a condução de pessoas em situação
216 de rua ao albergue, com indícios de coerção. Segundo relatos recebidos, algumas pessoas teriam sido
217 impedidas de sair do local, caracterizando possível violação de direitos humanos. Destacou que ao menos
218 duas denúncias foram registradas no Disque 100 e que haveria registro de boletim de ocorrência contra
219 a gestão municipal, segundo informações coletadas. Diante da gravidade dos fatos, o conselheiro propôs
220 que o Conselho formalize denúncia ao Ministério Público, ressaltando a responsabilidade do colegiado
221 diante da situação. A **Conselheira Rafaella** informou que haverá audiência pública na Câmara de
222 Vereadores sobre o tema. O **Presidente Amarildo** destacou a necessidade de definição de representação
223 do Conselho para participação em discussões e propôs o agendamento de reunião com a Prefeita
224 Municipal para esclarecimentos urgentes. A **Conselheira Fabiane** manifestou preocupação com a
225 situação, ressaltando que havia planejamento em andamento para a política de atendimento à população
226 em situação de rua, e que as mudanças relatadas não passaram pelo Comitê POP Rua. O **Conselheiro**
227 **Huan** reforçou que a ausência de planejamento e comunicação compromete a execução das políticas
228 públicas e relatou dificuldades operacionais enfrentadas pelas equipes. Diversos conselheiros
229 manifestaram-se sobre a complexidade do atendimento à população em situação de rua, destacando a
230 vulnerabilidade dos usuários, a sobrecarga das equipes e a necessidade de respeito aos direitos humanos.
231 A **Secretária Executiva** sistematizou os encaminhamentos sugeridos: Possibilidade de formalização de
232 denúncia ao Ministério Público; Solicitação de esclarecimentos à Prefeita Municipal; Inclusão do tema
233 como pauta prioritária; Avaliação da necessidade de antecipação de visitas institucionais aos serviços
234 envolvidos. O **Conselheiro Luíz Pflieger** sugeriu que, inicialmente, seja solicitado esclarecimento formal à
235 Prefeita e, caso as respostas não sejam satisfatórias, que o Conselho encaminhe denúncia ao Ministério
236 Público. A proposta foi acolhida para deliberação posterior, levando em consideração que o conselho
237 aguarda pauta com a prefeita sobre reordenamento do Conselho, e já deliberou anteriormente por incluir
238 a pauta da pessoa em situação de rua entre outras, em Ofício e entregar em reunião presencial. **Serão**
239 **solicitados esclarecimentos formais ao Executivo Municipal sobre as alterações nos serviços**
240 **mencionadas;** A **Secretária Executiva** reiterou o compromisso de formalizar contato e estruturar agenda
241 no menor prazo possível, junto a gestão municipal. Questionamentos surgiram acerca de afirmações
242 envolvendo a participação da prefeitura em determinadas ações. O **Conselheiro Huan** afirmou que tais
243 informações trazidas foram confirmadas por profissionais e usuários do serviço, enquanto outro
244 participante ponderou a possibilidade de se tratar de rumores. **Ficou definido que, após os**
245 **encaminhamentos- reunião com a Prefeita e gestão da assistência social, as respostas serão remetidas**
246 **ao Ministério Público caso não sejam de acordo com a política e transmite vigentes da política de**
247 **assistência social, sendo este o trâmite aprovado pelos conselheiros.** O **Presidente Amarildo** trouxe à
248 pauta a importância da presença de secretários e diretores nas reuniões, conforme o Conselho já solicitou
249 anteriormente. A **Secretária Executiva** sugeriu que o tema seja mantido para a próxima plenária,
250 considerando a necessidade de aprofundamento, com envio prévio de ofício aos convidados. A **Plenária**

aprova e solicita envio de Ofício para participação das Diretorias da Secretaria de Assistência Social na próxima Plenária do Conselho. O Presidente solicita que seja também oficiada a Secretária da Assistência Social. Ainda na agenda livre, a **Conselheira Analéia** informou sobre o lançamento do Plano "Viver Sem Limites" pelo Governo Federal e questionou sobre a responsabilidade de sua implementação no município. A **Secretária Executiva** informou que em outros municípios, a execução tem ocorrido por meio da assistência social, destacando que o conselho da pessoa com deficiência está vinculado a essa secretaria. O **Conselheiro Huan** acrescentou que o plano está vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A **Conselheira Analéia** ressaltou a importância de implantação do plano no município, sugerindo articulação com entidades e inclusão no planejamento orçamentário, bem como a possibilidade de reunião com representantes federais para esclarecimentos. Já a **Conselheira Rafaella** trouxe preocupação quanto à realização de diagnósticos socioterritoriais isolados entre conselhos, destacando a necessidade de integração, especialmente com o Conselho da Criança e do Adolescente, evitando duplicidade de esforços e custos. Relatou que há previsão de investimento significativo em diagnóstico específico, defendendo que os dados poderiam ser coletados de forma unificada, atendendo diferentes políticas públicas. O **Conselheiro Luiz Pflieger** reforçou a importância de um diagnóstico amplo, porta a porta, que contemple todas as áreas (idoso, criança, saúde, educação, desenvolvimento econômico), destacando que um único levantamento pode subsidiar diversas políticas públicas e evitar retrabalho. Salientou ainda que conhecer a realidade permite planejamento mais eficiente, enfatizando que o foco deve ser na causa dos problemas, e não apenas em suas consequências. Também destacou a necessidade de preparo das equipes, identificação adequada e divulgação prévia à população para garantir adesão ao processo. A **Secretária Executiva** apresentou posicionamento técnico, ressaltando que o diagnóstico socioterritorial exige tempo, recursos adequados e planejamento, não sendo compatível com propostas de execução acelerada, exigindo investimento. Apontou dificuldades na articulação com alguns conselhos, mencionando divergências, resistência a orientações técnicas e conflitos institucionais, incluindo situações já registradas em plenária. Foi discutida entre os Conselheiros a possibilidade de retomada ou formalização de espaços interconselhos, com reuniões periódicas entre representantes das mesas diretoras, visando alinhamento institucional e resolução de possíveis conflitos e fortalecimento das articulações entre os conselhos. O **Conselheiro Huan** sugeriu encontros trimestrais para promover diálogo e evitar disputas institucionais. Os Conselheiros discutiram a relação entre conselhos e gestão pública, destacando a importância de fortalecer o papel do controle social. Nada mais havendo a se tratar, o presidente José Amarildo Farias encerrou a reunião, e eu Flavia Roberta Oliveira Mathias, Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro próprio de Atas deste Conselho, e arquivada na Casa dos Conselhos, situada na Rua Castro Alves, nº 23, Centro, Lages,

*Refelto do Sinto Zeros Karumi Landa, Analia T. L. Th. José Américo Faria
Mariana Louy Carêa Dilmar Ribene Fere e Fabiane Nune
Luiz Carlos Pflieger, Luiz Felipe Stomke - Salina Paula
Maria A. Fuchs, Paula A. Costa Edna M. Z. Coutures - Cornelia Chaves de
Santos, Paola Amélia Adams, Marysle Muff, L. D.
Deivid G. Dantas Ganeza Brunetta Daniele Kirsten, Flavia Roberta Oliveira
matrizes.*


José Amarildo Farias
Presidente do CMAS